



Comunicado de Imprensa n.º 16/416  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
22 de setembro de 2016

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Diretoria Executiva do FMI conclui consulta a Portugal ao abrigo do Artigo IV referente a 2016**

Em 16 de setembro de 2016, a Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta ao abrigo do Artigo IV<sup>1</sup> e o quarto processo de monitorização pós-programa<sup>2</sup> com Portugal.

A recuperação económica de Portugal está a perder impulso. O abrandamento da atividade económica iniciado no segundo semestre de 2015 perdura, a despeito das condições cíclicas ainda favoráveis e do quadro de políticas macroeconómicas de apoio. O relaxamento orçamental verificado desde o ano passado e a orientação acomodatória de política monetária do BCE (Banco Central Europeu) traduziram-se no crescimento vigoroso do consumo. Contudo, o crescimento global do PIB está a ser inibido pelo fraco crescimento das exportações e o investimento anémico, este último prejudicado pelas incertezas, o forte endividamento do setor empresarial e os estrangulamentos estruturais ainda significativos. Por conseguinte, espera-se que o produto cresça apenas 1,0% em 2016.

### **Avaliação da Diretoria Executiva<sup>3</sup>**

Os Diretores reconheceram a notável viragem económica de Portugal desde o início da crise da dívida soberana, com a restauração do acesso aos mercados, a melhoria dos saldos orçamental e da balança corrente e níveis de desemprego que, embora ainda elevados, registaram uma queda acentuada. Não obstante estes progressos, a recuperação está a abrandar e os riscos apontam no sentido descendente. A desaceleração da atividade económica, aliada às vulnerabilidades do setor bancário e à dívida pública elevada, cria desafios. Os Diretores consideraram positivo o

<sup>1</sup> Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com seus países membros, normalmente uma vez por ano. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões da Diretoria Executiva.

<sup>2</sup> O objetivo central da monitorização pós-programa é proporcionar a monitorização mais estreita das políticas de países membros que tenham montantes substanciais em dívida com o FMI após a expiração de seus acordos. No âmbito deste processo, os países membros mantêm consultas formais com o FMI com mais frequência do que no caso da supervisão, com atenção especial para as políticas de natureza macroeconómica e estrutural que tenham influência sobre a viabilidade externa.

<sup>3</sup> Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente da Diretoria, resume os pontos de vista dos Diretores Executivos, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos: <http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

compromisso das autoridades em corrigir essas deficiências e vincaram a importância crítica de um esforço concertado de políticas para fortalecer a posição macroeconómica de Portugal, o que requer um ajustamento orçamental firme, melhorias na governação dos bancos e a implementação de reformas estruturais chaves.

Mesmo considerando que as condições de financiamento soberano estão sujeitas aos desenvolvimentos no plano internacional, os Diretores concordaram com a avaliação do corpo técnico de que os riscos para a capacidade de Portugal reembolsar o FMI ainda são aceitáveis. Dada a intenção das autoridades de antecipar o pagamento ao FMI, realçaram a importância de manter níveis suficientes de reservas de caixa.

Os Diretores consideraram que a meta de défice primário para 2016, de 2,2% do PIB, é ambiciosa na medida certa, mas alertaram para as dificuldades em cumpri-la face ao abrandamento do crescimento do PIB e a pressões emergentes sobre as despesas. Incentivaram as autoridades a perseguir uma trajetória de ajustamento bem especificada, centrada basicamente nas despesas, e que equilibre a necessidade de colocar a dívida numa firme trajetória descendente e, em simultâneo, apoiar o crescimento. Os Diretores recomendaram um exame minucioso dos gastos, com especial ênfase em melhorias na exigência de prova de recursos dos beneficiários de prestações sociais e no controlo das pensões e dos salários do setor público. Salientaram também que a política fiscal deve ser mais estável e previsível, e concebida de modo a estimular a competitividade e o crescimento.

A solução das vulnerabilidades do setor bancário será uma das prioridades básicas. Os Diretores concordaram que o saneamento dos balanços dos bancos, nomeadamente ao abordar os empréstimos improdutivos e elevar os fundos próprios e as provisões, é fundamental para recuperar a rentabilidade e financiar o crescimento económico. Destacaram que os bancos devem também reduzir os custos operacionais e aperfeiçoar seus mecanismos internos de governação, para que as decisões sobre empréstimos sejam guiadas unicamente por critérios comerciais. Consideraram igualmente meritória a busca de soluções internas para os desafios que os bancos portugueses enfrentam, com base nos instrumentos regulamentares existentes.

Os Diretores enfatizaram a importância crítica de prosseguir nas reformas estruturais para aumentar a competitividade e fomentar o crescimento. Incentivaram as autoridades a implementar de forma cabal as reformas já aprovadas nos mercados de trabalho e do produto, com especial ênfase na racionalização do funcionamento do setor público e na limitação dos custos energéticos. O envolvimento de todas as partes interessadas através de um diálogo social inclusivo contribuiria para apoiar a execução dessas reformas.

Os Diretores acolheram favoravelmente os resultados da avaliação *ex post* do acesso excepcional no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado de 2011–14. O programa foi relativamente bem sucedido, tendo contribuído para a estabilização da economia portuguesa, mas subsistem algumas preocupações quanto aos níveis de endividamento. Os Diretores concordaram, na

generalidade, que o ritmo de ajustamento orçamental foi apropriado; que tratar os bancos como empreendimentos viáveis foi uma escolha justificável na ausência de uma crise bancária; e que a reestruturação da dívida soberana não teria sido uma opção realista durante a vigência do programa. Sublinharam a necessidade de projeções e metas realistas para proteger o crescimento face ao ajustamento necessário. Para o futuro, há que destacar, em especial: a necessidade de desenvolver modalidades de programas e um conjunto de instrumentos para o ajustamento eficaz através da desvalorização interna; a importância de uma supervisão bancária vigorosa e voltada para o futuro e de uma abordagem pró-ativa à desalavancagem do setor privado; a necessidade de lidar com os condicionalismos legais ao desenho dos programas; e o papel chave da adesão nacional em todas as esferas da administração pública para possibilitar e sustentar as reformas.

Os Diretores reconheceram o papel determinante do apoio da União Europeia para a recuperação e a atual estabilidade de Portugal. Para a maioria dos Diretores, a eficácia na formulação de programas futuros do FMI com membros de uniões monetárias requer a atribuição de grande prioridade à clarificação das opções para a condicionalidade ao nível da união, e dos instrumentos para garantir que os objetivos do programa dos países membros possam ser cumpridos na presença de choques assimétricos que não sejam facilmente solucionáveis através da política monetária aplicada a todos os membros da união.

**Portugal: Principais Indicadores Económicos**  
(Taxa de variação homóloga, salvo indicação em contrário)

	2014	2015	Projeções	
			2016	2017
PIB real	0,9	1,5	1,0	1,1
Consumo privado	2,2	2,6	2,2	1,4
Consumo público	-0,5	0,6	0,3	0,6
Formação bruta de capital fixo	2,8	4,1	-1,2	2,0
Exportações	3,9	5,2	2,9	3,4
Importações	7,2	7,6	3,2	3,8
Contributos para o crescimento (pontos percentuais)				
Procura interna total	2,2	2,5	1,3	1,4
Saldo externo	-1,3	-1,1	-0,2	-0,3
Uso dos recursos				
Emprego	1,6	1,1	0,8	0,5
Taxa de desemprego (percentagem)	13,9	12,4	11,8	11,3
Preços				
Deflator do PIB	1,0	1,9	1,7	1,3
Preços no consumidor (índice harmonizado)	-0,2	0,5	0,7	1,1
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)				
Crédito ao setor privado	-8,0	-4,1	-2,2	-0,5
Moeda em sentido lato	-0,9	4,1	2,3	2,0
Indicadores orçamentais (percentagem do PIB)				
Saldo das administrações públicas	-7,2	-4,4	-3,0	-3,0
Saldo primário da administração central	-2,3	0,2	1,6	1,5
Saldo primário estrutural (percentagem do PIB potencial)	3,7	3,3	2,8	2,4
Dívida pública	130,2	129,0	128,5	128,2
Balança corrente (percentagem do PIB)	0,1	0,5	0,0	-0,6
PIB nominal (mil milhões de euros)	173,4	179,4	184,4	188,9

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE, Eurostat e projeções do corpo técnico do FMI.